

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E CONTROLE SOCIAL



Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina
Superintendência de Planejamento e Gestão
Escola de Saúde Pública Professor MSc Osvaldo de Oliveira Maciel
Gerência de Coordenação da Atenção Básica

Participação Comunitária e Controle Social

Florianópolis
Secretaria de Estado da Saúde
2017

GOVERNO FEDERAL

Presidência da República

Ministério da Saúde

Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES)

Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES)

Coordenação Geral de Ações Estratégicas em Educação na Saúde

GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA

Governo do Estado

Secretaria de Estado da Saúde

Superintendência de Planejamento e Gestão

Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação do SUS

Gerência de Coordenação da Atenção Básica

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitoria

Pró-Reitoria de Pesquisa

Pró-Reitoria de Extensão

Centro de Ciências da Saúde

Departamento de Saúde Pública

NÚCLEO TELESSAÚDE DE SANTA CATARINA

Coordenação Geral: Maria Cristina Marino Calvo

Coordenação de Tele-educação: Josimari Telino de Lacerda

EQUIPE TELE-EDUCAÇÃO

Josimari Telino de Lacerda

Luise Ludke Dolny

Elis Roberta Monteiro

AUTORAS

Rozilda dos Santos

Luise Lüdke Dolny

REVISORES

Luise Ludke Dolny

Josimari Telino de Lacerda

Elis Roberta Monteiro

Mirvaine Panizzi

EQUIPE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL

Design Gráfico: Catarina Saad Henriques e Vanessa de Luca Bortolato

Design de Capa: Catarina Saad Henriques

APRESENTAÇÃO

Caro aluno,

Bem vindo ao minicurso “Participação Comunitária e Controle Social”!

Neste minicurso vamos refletir sobre o conceito de “cidadania” e conhecer as diferenças entre conceitos importantes para o trabalho na Estratégia Saúde da Família como “participação social”, “controle social” e “participação popular” em saúde.

O objetivo geral é discutir sobre o papel das equipes de Saúde da Família no fortalecimento do controle Social e da participação da comunidade como um princípio do SUS, utilizando-os como instrumento de planejamento do trabalho na APS.

Ao final, você poderá identificar possibilidades de trabalho conjunto entre os Centros Comunitários/Conselhos Locais de Saúde e as equipes de ESF e NASF, bem como identificar o papel destas equipes no fortalecimento do Controle Social no SUS e na potencialização da participação popular.

O conteúdo foi organizado em 3 Unidades de Aprendizagem:

Unidade 1 – Cidadania, Controle Social e Participação Social

Unidade 2 – Organização da participação comunitária e do controle social no SUS

Unidade 3 - Possibilidades de trabalho conjunto entre os Centros/Comunitários/Conselhos Locais de Saúde e as equipes de ABS



Palavras do Professor: dicas do professor a respeito do tema.



Observação: destaque do professor para algum aspecto importante do tema.



Saiba mais: indicações de outras fontes de informação sobre o assunto, como livros, trabalhos científicos, sites e outros materiais, para aprofundamento do conteúdo.

Desejamos a todos uma boa leitura e um bom curso!

SUMÁRIO

Participação Comunitária e Controle Social

Unidade 1 - Cidadania, Controle Social e Participação Social.....	6
Unidade 2 - Organização da participação comunitária e do controle social no SUS.....	11
Unidade 3 - Possibilidades de trabalho conjunto entre os Centros/Comunitários/Conselhos Locais de Saúde e as equipes de ABS.....	16
Referências	22

Unidade 1

**Cidadania, Controle Social e
Participação Social**

Unidade 1 – Cidadania, Controle Social e Participação Social.

Participação cidadã é a redistribuição de poder que permite aos cidadãos, excluídos dos processos políticos e econômicos, serem ativamente incluídos. Ela é a estratégia pela qual as pessoas se integram ao processo de decisão sobre: quais as informações a serem divulgadas, quais os objetivos e quais as políticas públicas que serão aprovadas, de que modo os recursos públicos serão alocados, quais programas serão executados e quais benefícios, terceirização e contratação de serviços. Portanto, a participação constitui o meio pelo qual as pessoas podem promover reformas sociais significativas que lhes permitam compartilhar dos benefícios da sociedade envolvente.

Definição:

E cidadania? Cidadania significa o conjunto de direitos e deveres pelo qual o cidadão está sujeito no seu relacionamento com a sociedade em que vive. O termo cidadania vem do latim, civitas, (“cidade”) que se refere principalmente aos direitos políticos, sem os quais o cidadão não poderá intervir nas ações do Estado. (ROCHA, 2008)

A cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais assegurados não apenas na lei, mais o acesso aos serviços com qualidade. Expressa a igualdade dos cidadãos perante a lei, pertencendo a uma sociedade organizada. Lembrando que ser cidadão é poder exercer o conjunto de direitos, estando sujeito também aos deveres. Relaciona-se, portanto, com a participação consciente e responsável do cidadão na sociedade, lutando para que seus direitos não sejam violados. (BRÊTAS, 2012; LOBATO, 2012)

Hoje, a cidadania não pode mais ser considerada somente como um conjunto de direitos e deveres formais, mas como um modo de incorporar os cidadãos e grupos ao contexto social de determinado país. Para Bydlowski, Lefèvre e Pereira (2011) o exercício da cidadania se dá pela inclusão dos cidadãos como sujeitos sociais ativos e os institui como criadores de direitos que visem abrir novos espaços de participação comunitária e política.

Cidadão é aquele que exerce seus deveres e luta por seus direitos. Nosso grande desafio está em avançarmos para uma sociedade composta de cidadãos informados, conscientes dos seus direitos e deveres, ou seja, emancipados plenamente. A informação e a educação em saúde são formas de oportunizar o exercício da cidadania.



Leia mais a respeito deste tema no livro “Participação Social no SUS”. Na página 5 a autora fala sobre cidadania e a construção dos direitos civis, políticos e sociais: http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade07/unidade07.pdf

Em 2014 foi instituída a Política Nacional de Participação Social - PNPS, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil.

Os objetivos desta política são:

- I - Consolidar a participação social como método de governo;
- II - Promover a articulação das instâncias e dos mecanismos de participação social;
- III - Aprimorar a relação do governo federal com a sociedade civil, respeitando a autonomia das partes;
- IV - Promover e consolidar a adoção de mecanismos de participação social nas políticas e programas de governo federal;
- V - Desenvolver mecanismos de participação social nas etapas do ciclo de planejamento e orçamento;
- VI - Incentivar o uso e o desenvolvimento de metodologias que incorporem múltiplas formas de expressão e linguagens de participação social, por meio da internet, com a adoção de tecnologias livres de comunicação e informação, especialmente, softwares e aplicações, tais como códigos fonte livres e auditáveis, ou os disponíveis no Portal do Software Público Brasileiro;
- VII - Desenvolver mecanismos de participação social acessíveis aos grupos sociais historicamente excluídos e aos vulneráveis;
- VIII - Incentivar e promover ações e programas de apoio institucional, formação e qualificação em participação social para agentes públicos e sociedade civil; e
- IX - Incentivar a participação social nos entes federados.



Saiba mais! Leia a Política Nacional de Participação Social:

- Acesse a política na íntegra: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2014/decreto-8243-23-maio-2014-778785-publicacaooriginal-144185-pe.html>
 - Assista ao vídeo “Política Nacional de Participação Social” e veja como essa política foi compreendida na área da saúde: <http://www.canal.fiocruz.br/video/index.php?v=Politica-Nacional-de-Participacao-Social-SDC-0258>
-

A participação da sociedade civil é importante para a articulação e negociação dos interesses, necessidades e demandas da população em diversos setores do estado, como educação, segurança e saúde junto, e como vimos, é institucional em nosso país.

Antes de continuarmos, é importante diferenciarmos alguns conceitos:

A Participação Social é um termo que lança um olhar mais amplo sobre o tema, em que a comunidade pode participar na política, economia, saúde, etc. O fruto dessa participação é um benefício universal (WENDHAUSEN, 2002).

A Participação Comunitária está relacionada à busca pela população de uma localidade específica por melhores condições de vida, utilizando recursos próprios. Neste sentido, a comunidade se organiza para buscar resolver seus problemas locais que o Estado não conseguiu garantir (ACIOLI, 2005).

A participação comunitária é considerada na Constituição Federal uma das formas mais avançadas de democracia, pois determina uma nova relação entre o Estado e a Sociedade, de maneira que as decisões sobre as ações na saúde deverão ser negociadas com os representantes da sociedade, uma vez que eles conhecem a realidade da saúde das comunidades (BRASIL, 2001).

Para refletir: O conceito de participação comunitária é o que mais se aproxima do cotidiano de trabalho dos profissionais das equipes da ABS por acontecer na própria comunidade, buscando defender interesses da população que ali vive e é atendida pela UBS. Que movimentos sociais organizam a participação popular na comunidade atendida por vocês? Como acontece o diálogo entre os profissionais da UBS e os movimentos sociais?

Desta forma, a sociedade (ampla) e a comunidade (local) contestam o Estado participando de Movimentos Sociais. Estes movimentos representam legalmente a voz de determinados grupos sociais que buscam, de forma solidária e democrática, defender seus interesses e direitos, a exemplo dos movimentos de portadores de necessidades especiais, dos indígenas, dos homossexuais, de saúde mental, dentre outros. A sociedade civil organizada por meio de instituições, entidades, movimentos, acompanham de forma mais eficaz a ação do Estado no desenvolvimento de suas reivindicações.

O termo Controle social também é muito utilizado, porém traz uma ambiguidade de sentidos, sendo empregado tanto para designar o controle do Estado sobre a sociedade quanto para designar o controle da sociedade (ou de setores organizados na sociedade) sobre as ações do Estado, como explica Correia (2008). A área da saúde é pioneira no processo de envolvimento da sociedade no desenvolvimento de políticas públicas. A 8ª Conferência Nacional de Saúde contou com a participação de diversos movimentos sociais organizados que reivindicaram a criação do Sistema Único de Saúde pautado pelos princípios da universalidade, integralidade, equidade, descentralização e participação social (CORREIA, 2008).

Para tanto, foram criados espaços legitimados de escuta da população, que deve orientar todo o processo de trabalho dos gestores e profissionais de saúde do SUS, ou seja, as conferências e os conselhos de saúde. Assim, a participação na saúde sob a perspectiva do controle social, permite que a população interfira na gestão do SUS, empregando as ações do Estado na direção dos interesses da coletividade (BRASIL, 2001).



Palavras do professor

Como cidadãos, é preciso envolvimento e participação no processo de construção das políticas de saúde e na defesa do Sistema Único de Saúde, baseado no conceito ampliado de saúde e seus determinantes sociais. O fortalecimento de espaços de debate e discussão das políticas públicas com a comunidade e a com as equipes de saúde, também no âmbito da Atenção Básica à Saúde, partindo da realidade em que estão inseridos como representantes da sociedade civil organizada, é fundamental para a ampliação do acesso à serviços de saúde qualificados.



Assista a história contada em forma de cordel que fala sobre os direitos do cidadão na rede SUS. O vídeo faz parte da Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde, intitulado Humaniza SUS. Essa Política busca colocar em prática os princípios do SUS no cotidiano dos serviços de saúde:

<https://www.youtube.com/watch?v=TpQDq9hoCRc>

CONCLUSÃO

Agora que discutimos um pouco sobre cidadania e a participação da sociedade civil na elaboração e acompanhamento das políticas públicas, vamos avançar na próxima unidade e conhecer quais são os espaços de participação social instituídos no Sistema Único de Saúde.